
PERSPECTIVAS DO SISTEMA FINANCEIRO

Ricardo Leônidas Ribas*

O Plano Real vem redesenhando a fisionomia do País. Em todos os Planos, são visíveis as mudanças no plano econômico, no social e principalmente no político. O modelo que vigorou durante décadas — de predominância do Estado sobre a sociedade — atingiu o esgotamento final. Nada mais se pode esperar dele. Aquele Estado empreendedor, fonte de investimentos de retorno duvidoso, ineficiente, gastador, que se sustentava graças à inflação, quer dizer, da sociedade, este terminou definitivamente. Mas, tendo terminado como concepção, ainda tenta sobreviver, imaginando fugir ao acerto de contas. Essa situação de artifício, que o País vinha arrastando, tinha, e ainda tem, como base os 56 impostos que oneram a produção e o trabalho e aquilo que os economistas chamam de "senhoriagem", ou seja, ganho decorrente do poder de emitir moeda para cobrir os rombos do orçamento público. Prática antiga, no Brasil, de que se usou e abusou longa e criminosamente, sobretudo nos últimos tempos. É condicionado por esse modelo de total exaustão econômica do setor estatal que o sistema bancário procura adaptar-se, através de mais um processo de reengenharia financeira.

Até os anos 50, o grande desafio era ainda a economia cafeeira. Mas os seus dias já estavam contados. Os bancos, contudo, que conseguiram entender o grande processo de industrialização que se instalou no País, de que foi exemplo a indústria automobilística, e que, em conseqüência, se especializaram em democratizar o crédito, apostando nas pequenas e médias empresas dos anos 50 e nas novas áreas agrícolas que estavam sendo colonizadas, terminaram ocupando um espaço. Foi nesse período que se consolidaram vários bancos regionais da maior importância.

Mas a evolução continuou. A partir de 1964, o perfil do sistema bancário foi de novo completamente redesenhado. Foi montado, no papel, um modelo bancário com especializações definidas: financeiras financiando o crédito ao consumidor; bancos comerciais financiando o capital de giro das empresas; e bancos de investimento garantindo recursos de longo prazo. Esse modelo terminou se ajustando, com o tempo, à realidade do mercado. De fato, mesmo com a explosão do mercado de capitais nos anos 60, os bancos de investimento acabaram não encontrando espaço para crescer, embora promettessem muito no fim daquele período. Os financiamentos de longo prazo ficaram restritos às agências governamentais através do extinto Banco Nacional de Habitação e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico: operações fundeadas em recursos sociais. De qualquer forma, o processo, moderno para a época, instaurou uma grande competição no setor. Foi quando ocorreram as grandes fusões, que deixaram muitos mortos pelo caminho e determinaram a formação dos complexos que sobrevivem até nossos dias. As primeiras posições no *ranking* bancário foram ocupadas pelos estabelecimentos que descobriram cedo a

* Presidente do Banco Meridional do Brasil.

importância de modelos de eficácia gerencial e a utilização intensiva da informática no processo interno.

Na década de 70, mesmo com as dificuldades de implantação, o sistema bancário logrou avanços expressivos. A tecnologia dos *underwritings*, de análise de balanços, e o famoso *boom* do mercado de capitais exigiram do sistema um ajuste tecnológico para adequação à nova realidade. Os que não conseguiram ajustar-se pagaram um alto preço.

Nos anos 80, o sistema usufruiu de uma boa vida, com lucros elevadíssimos, proporcionados pela inflação e pela reserva de mercado, esta última, naquele momento, garantida pela exigência de cartas-patentes. Para a constituição de um banco comercial ou de investimento, exigiam-se 132 pontos. Os preços dessa "pontuação" cartorária oscilavam entre US\$ 9 e US\$ 12 milhões. Para uma financeira, necessitava-se de 44 pontos. O mesmo número, para uma empresa de *leasing*. A própria abertura de agências, divididas em categorias, também obedecia ao sistema de pontuação, com os pontos cotados a preço de ouro.

Essas distorções todas, erguidas sob a égide das autoridades monetárias, significavam, em última instância, uma autêntica reserva de mercado. Reserva que afastava possíveis investidores nacionais, como também, e particularmente, as instituições financeiras de fora, para as quais o mercado estava fechado ou restrito a pequenas parcelas de investimento na estrutura de bancos nacionais, sob a forma de participações minoritárias. Essas peculiaridades terminaram gerando, como era inevitável, um grande *gap* no avanço tecnológico e na evolução das instituições financeiras como um todo. Só umas poucas conseguiram enxergar mais longe.

De fato, a inexistência de uma competição mais agressiva fez com que algumas instituições crescessem apenas em função da aquisição de cartas-patentes, de fusões e incorporações, e não em cima de indicadores de qualidade e produtividade. Cresciam como decorrência do alargamento das redes, da presença maior num mercado fechado, não pela boa qualidade dos serviços.

Mas a *dolce vita* do sistema financeiro nacional começou, por essa época, a enfrentar os primeiros desafios. Primeiro, o sobressalto do estouro de financeiras aparentemente fortes; depois, a intervenção em bancos tradicionais, antecedida pelo calote de 1980, quando houve a pré-fixação geral do câmbio e da correção monetária, e mais as maxidesvalorizações, os pacotes pós-Figueiredo, o fim — aparente — da inflação com o Plano Cruzado, até chegar-se ao confisco de 80% dos haveres monetários, imposto no início do primeiro Governo que se instaurava em eleição direta depois de 30 anos de regime de exceção. Essas vicissitudes atingiram, fundamentalmente, não só o sistema financeiro, mas também as atividades econômicas em geral. Foram anos de pesadelo e de experiências frustrantes. Quando o Estado gere mal os seus recursos, a conta, quem paga é a sociedade. Não há como fugir a essa contabilidade implacável.

Depois do Cruzado 2, recresceu o processo inflacionário, levando-nos à beira da hiperinflação. Mas foi nessa difícil conjuntura que o sistema financeiro, já expurgado pelas intervenções e com os anticorpos que as crises sucessivas haviam gerado, conseguiu montar uma moeda estável dentro da própria engrenagem fiduciária. O que impediu a hiperinflação foi uma competente prestação de serviços, em que a velocidade da transferência da moeda se fazia graças a um processamento instantâneo e ao *hedge* perfeito que a indexação da moeda assegurava. Essa proteção só foi possível pela oferta de produtos que, garantindo a remuneração do capital, tinham ainda a capaci-

dade de refazer a moeda corroída por uma inflação de mais de 2% ao dia. Poderíamos mesmo dizer que a diferença fundamental entre a hiperinflação havida na Argentina e, em tempos mais distantes, na Alemanha, se deveu à atuação de nosso sistema financeiro, que não só conseguiu adaptar-se à crise como preservar a confiança da sociedade. Os poupadores permaneceram no mercado, protegendo, por essa forma, a estrutura dos haveres monetários que somavam, em média, na ocasião, US\$ 120 bilhões. Não houvesse, na emergência, uma moeda indexada, bem como um dispositivo capaz de processar na velocidade necessária a transferência de recursos entre os agentes econômicos, ter-se-iam implodido as bases da poupança nacional, o que teria a significação de uma ruptura do tecido social, pela anormal transferência de renda entre os vários segmentos da sociedade, com efeitos de uma guerra civil.

Se, nesse período, o mercado financeiro nacional desempenhou bem suas funções, ele, paralelamente, gerou perigosas dependências. De fato, nos anos 80, o tínhamos voltado basicamente para um cliente, um cliente cativo e único: o Estado. Suas funções básicas de promover o desenvolvimento através do processo de intermediação de recursos entre setores econômicos capitalizados e dispostos a ceder parte de sua poupança para setores desejosos de investir e pagar um preço eqüitativo pelo dinheiro foram, naquele momento, postas de lado. Ocorreram, então, distorções inimagináveis. As taxas internas praticadas entre o setor privado — altamente capitalizado e com elevado índice de liquidez — para rolagem da dívida do Governo Federal e das administrações estaduais e municipais atingiram níveis surpreendentes, sem símile em qualquer economia do Mundo. E isso praticamente sem riscos. Com esse cliente generoso e pródigo, a eficiência deixou de ser artigo de primeira necessidade.

No fundo, foi a má gestão da coisa pública que levou os bancos a se desviarem das funções que lhes são próprias, de agentes do setor produtivo. É evidente que sem os bancos a comercialização de bens, a prestação de serviços, a obtenção de empréstimos para investir e financiar o giro das empresas se tornam economicamente inviáveis. Sem eles, a economia limitar-se-ia à auto-suficiência, ou até poderia voltar ao escambo, o que obstaria a especialização da produção, da qual dependem as economias modernas. O universo das unidades de produção estaria limitado pela capacidade de poupança do próprio produtor ou investidor; as rendas seriam menores, e não haveria condições para o surgimento das complexas economias industriais. Essas tarefas de intermediação e de alocação de recursos é que justificam a existência da atividade financeira; que só se admite como agente da produção, como instrumento de propulsão das atividades úteis. Essa função como que foi esquecida durante algum tempo. Imagine-se com que prejuízos para a riqueza comum.

Mas, por outro lado, poder-se-á dizer que os bancos não criam e não estimulam a inflação — desde que atuem dentro da área que lhes é própria. Não esqueçamos que, para o sistema bancário, o passivo das empresas, em regime de baixa inflação, representa seus próprios ativos expressos em baixas taxas de risco e com retorno quase garantido. Se a inflação pode gerar lucros extraordinários, ela gera, também, riscos excessivos.

Os agentes econômicos, a sociedade e os bancos convivem melhor num clima de estabilidade, em que valha mais o trabalho e a eficiência que a especulação. Num ambiente assim, de segurança, é que as empresas podem crescer, desenvolver-se e investir sem medo.

Pode dizer-se que o desarranjo das contas públicas, nas últimas décadas, foi, sem dúvida, a principal causa das disfunções do setor financeiro e do alto preço do dinheiro.

Em condições normais, a poupança de setores superavitários vira investimentos nos setores deficitários de capital. Mas podemos ter o caso em que a poupança de setores superavitários serve apenas para cobrir rombos de unidades deficitárias. Ora, é um fato incontestável que o Governo tem um déficit elevado no Brasil. Esse déficit nominal atingiu 23,7%, em 1991, do Produto Interno Bruto. Foi para cobrir esse desequilíbrio formidável que o Governo passou a recorrer às poupanças interna e externa e a inflacionar cada vez mais a economia com a emissão de moeda. Essa prática abusiva é que determinou o encarecimento do dinheiro pela crescente taxa de juros. O poder público terminou assim inibindo os investimentos privados na medida em que tornou proibitivos os empréstimos bancários. É quando as críticas e as queixas se voltam contra o sistema financeiro. Nem sempre com justiça. De fato, se considerarmos as taxas praticadas até junho do corrente ano, podemos afirmar que de cada CR\$ 1 de juros pagos por um tomador de empréstimo, CR\$ 0,86 centavos eram para cobrir a inflação (ou seja, a corrosão da moeda) CR\$ 0,07 centavos eram entregues ao Governo, CR\$ 0,05 centavos eram os juros reais pagos ao investidor e apenas CR\$ 0,02 centavos eram o saldo que cabia aos bancos para cobrir custos operacionais e riscos.

O poder público apropria-se do imposto inflacionário através de dois processos: da chamada "senhoriagem" — a parte que a sociedade perde por carregar recursos em papel-moeda ou depósitos à vista não remunerados — e do imposto transacional, que corresponde ao número de transações adicionais que os agentes econômicos são obrigados a fazer em razão da acelerada desvalorização da moeda. Nessa partilha injusta, o poder público, através do recolhimento compulsório, atribui-se 76% da receita daí proveniente, ficando para o setor privado os restantes 24%. Essas coisas não costumam ser ditas, muito menos compreendidas. Vistas as coisas como verdadeiramente são, o vilão não é propriamente o sistema financeiro. Ele tem sócios bem mais aquinhoados.

É nesse cenário que os 244 bancos que integram o Sistema Financeiro desempenham sua missão através de 31.000 agências e postos de serviços; missão de manter viva e atuante a economia do País, atendendo a mais de 44 milhões de contas de depósitos (3,7 milhões de empresas) e a 47 milhões de contas de poupança. O sistema foi responsável por investimentos, na área de automação bancária, em 1993, no montante de US\$ 3 bilhões. Outros US\$ 3 bilhões despendeu ele no pagamento de equipamentos, de móveis e instalações no mesmo ano de 1993, contribuindo em mais de 21% para o incremento da atividade econômica desses setores. Em outras palavras, impensáveis, no Brasil, os progressos havidos na área de informática sem os bancos, que, direta ou indiretamente, são grandes geradores de emprego em todos os setores de atividade e que, paradoxalmente, passaram a ser o viveiro dos melhores quadros da administração pública nos últimos anos. A automação — sem a qual é impossível se falar em avanço tecnológico — começou rigorosamente nos bancos; depois é que ela chegou ao serviço público.

A participação do sistema no Produto Interno Bruto atingiu seu ponto máximo de 24,1% em 1989, reduzida atualmente a cerca de 7,67%. Os bancos mantêm à disposição da economia, de forma continuada, um volume médio mensal de US\$ 95 bilhões em operações de crédito às atividades produtivas. A esse valor há que acrescentar mais US\$ 25 bilhões aplicados em títulos e valores mobiliários mantidos em carteira, dos quais mais de 80% correspondem a financiamentos ao setor público. Portanto, desse montante de US\$ 120 bilhões, quase equivalente ao total da dívida

externa do País (estimada em US\$ 135 bilhões), 79% dão suporte às atividades produtivas, que respondem pela geração de empregos e pelo pagamento dos impostos.

Em 1993, a participação do sistema bancário na economia gerou impostos e contribuições diretas ao Governo na ordem de US\$ 2,3 bilhões. Esse valor cresce de ponto se considerarmos que o lucro dos estabelecimentos bancários no mesmo exercício foi de US\$ 2,9 bilhões: 12,3% de rentabilidade sobre o patrimônio líquido do sistema, avaliado em US\$ 24 bilhões. Basta analisarmos esse dado, para percebermos que o grande sócio da inflação é mesmo o Governo.

Em outras palavras: os bancos transferem para os cofres públicos, em impostos e contribuições, três vezes o que destinam a seus acionistas sob a forma de dividendos, o que, no exercício de 1993, correspondeu a US\$ 0,73 bilhão.

Na sua rede de agências e postos de serviço, disseminados em todo o território nacional, o sistema bancário emprega 674.500 funcionários, os quais compõem, com seus dependentes diretos, uma comunidade superior a 1.550.000 pessoas, correspondente a 1% da população brasileira. Em torno dessa comunidade giram milhares de pessoas, exercendo as mais diversas atividades em todos os campos econômicos e de serviços. O quadro funcional dos bancos recebeu, em 1993, em salários e encargos a cifra de US\$ 22 bilhões e mais US\$ 2,3 bilhões de benefícios sociais.

Esses milhares de bancários foram responsáveis, no último ano, pelo processamento de cobrança de contas de água, esgoto, luz, telefone e gás, no montante de US\$ 14,4 bilhões: por suas mãos transitaram um bilhão de documentos, na média de quatro milhões de documentos por dia.

De 1986 a julho deste ano, esse contingente de recursos humanos, que presta serviços à sociedade brasileira, sofreu uma redução de 20,3%, representada pelos 167.000 empregos que perdeu. Foi o que custou o reajustamento do sistema bancário à sua participação no Produto Interno Bruto, que, em 1989, segundo o IBGE, representava 24,1%; 10,8%, em 1990; 7,2%, em 1991; 8,0%, em 1992; e, em 1993, 7,6%.

Por outro lado, com a redução de participação no PIB, a rentabilidade do sistema, no mesmo período, sofreu oscilações correspondentes, como consequência dos ajustes estruturais impostos à sociedade brasileira. Assim, em 1989, a relação entre o lucro e o patrimônio líquido alcançou 15,8%; em 1990, 12,6%; em 1991, 7%; em 1992, 8,9%; e, em 1993, 12,3%. Pela previsão da FEBRABAN a rentabilidade do sistema, em 1994, com base nos dados do primeiro semestre, deveria chegar a 15%. Contudo a perda do *floating*, ocorrida com o Plano de Estabilização, deverá fazer com que a rentabilidade, no exercício, se situe entre 7% e 9%.

A análise da origem das receitas da média dos 40 maiores bancos privados nacionais pode indicar o impacto do ajuste que deverá ocorrer no sistema bancário, nos próximos semestres. Vejamos: as receitas provenientes do *floating* — ganhos com passivos sem encargos, deduzidos das perdas com ativos remuneráveis — representavam, antes do Plano de Estabilização Econômica, entre 33% e 45% da receita dos bancos. Agora, depois do real, essa receita deverá representar entre zero e 5%. As receitas de operações de câmbio deverão cair de 25% a 35% para algo em torno de 10% a 20%. As receitas de tesouraria, que representavam ganhos para determinados bancos entre 20 e 30%, deverão cair para 15% a 20%. As receitas sobre empréstimos, que, dependendo da característica do banco, representavam entre 25% e 30%, deverão, ao contrário dessa tendência, crescer para 30% e 40%. O mesmo fenômeno deverá ocorrer com as tarifas: antes do Plano representavam entre 2% e 5%, devendo subir para algo em torno de 15% a 20% das receitas.

Na última década, turbulências e tempos de grande afluência; a partir de julho, porém, com o início do processo de estabilização econômica imposto pelo plano em vigor, o sistema financeiro nacional passou a viver uma nova fase de mudanças.

É possível que, num futuro não muito remoto, estejamos vivendo num cenário de estabilidade econômica. Essa possibilidade não se baseia apenas no que os atuais responsáveis pela política econômica possam fazer, mas na convicção de que nós, brasileiros, a faremos. A razão é simples: não temos outra alternativa.

A situação em que vivíamos até junho último era insustentável. Uma inflação média de 35% ao mês nos humilhava e nos envergonhava perante o resto do Mundo e em relação a nós mesmos. Tínhamos excedido todos os limites da tolerabilidade, tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista político-social.

Estamos agora vivendo um quadro típico de reengenharia econômica, política e social. Em outros países que recentemente passaram por ajustes equivalentes, com a desaceleração do ritmo inflacionário, a intermediação financeira reorientou-se no rumo dos setores produtivos, assim contribuindo para estimular o processo de recuperação da economia. No Chile, houve um grande número de fusões e incorporações. No México, onde o sistema era totalmente estatizado, o Governo Federal teve de privatizar o setor, mantendo-se no controle de poucas instituições. O Brasil, contudo, pela complexidade de sua economia, pode observar o que se faz lá fora, sem que isso implique importar soluções.

O desafio que temos pela frente é o da concepção de um modelo próprio de ajustamento — fruto da experiência dos últimos anos —, capaz de conciliar a competitividade com o compromisso com o desenvolvimento. Admite-se que os bancos deixem de ser bancos de passivos, transformando-se em bancos de intermediação financeira em condições de estimular a produção. Isso exigirá, por certo, uma reavaliação da rede de agências, tipos de serviços e ajustamento a um nível de menor rentabilidade num quadro de competição mais intensa. As soluções, mais que técnicas, terão de ser tecnológicas. Terminaram os tempos do amadorismo profissional. Lidar com dinheiro é tarefa muito séria, sobretudo quando o dinheiro é dos outros.

Como se vê, não é um quadro tranqüilo o que temos pela frente. Pelo contrário, estamos empenhados numa áspera batalha pela sobrevivência, que será vencida pelos que estiverem realmente preparados e entenderem a natureza da profunda transformação por que está passando a economia do País. Os mais qualificados, que sobreviverem, dando o seu quinhão de trabalho árduo e sacrifício, haverão de conviver com uma economia mais estável, com resultados não tão excepcionais, mas, em compensação, mais seguros e com melhores perspectivas no tempo.

A estabilidade garante a segurança. E a segurança só se mantém com o exercício permanente da moderação. Que significa a busca de um civilizado equilíbrio entre os agentes do processo econômico.